

# Boletim sobre o processo político em Moçambique

Número 30 – 27 de Agosto de 2004

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)  
Editor adjunto: Adriano Nuvunga  
Tradução de: Maria de Lourdes Torcato

O material pode ser reproduzido  
livremente, mencionando a fonte

**Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a África**

Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam  
Tel: +31 (20) 524 56 78 ; Fax: +31 (20) 622 01 30  
e-mail: awepa@awepa.org

Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo  
Tel: +258 (1) 41 86 03, 41 86 08, 41 86 26 Fax: +258 (1) 41 86 04  
e-mail:awepa@tvcabo.co.mz

## Problemas e protestos no recenseamento de 1,2 milhões

Foram recenseados mais de 1,2 milhões de eleitores no período de 28 de Junho a 15 de Julho. Este número representa quase o dobro dos 700 000 previstos pelas autoridades eleitorais. Tratou-se de uma actualização do recenseamento para aqueles que fizeram este ano os 18 anos, que se mudaram, ou que perderam os cartões de eleitor.

O processo teve problemas significativos e só tem sido aceite pelos observadores nacionais e internacionais com relutância. Houve pessoas que não conseguiram registar-se e existe algumas provas que substanciam as reclamações da Renamo de que alguns dos seus apoiantes ficaram de fora.

Os novos recenseados totalizam 697 000. Além destes, 217 000 pessoas que se mudaram recensearam-se em novos postos e 330 000 registaram-se pela segunda vez dizendo que tinham perdido o cartão.

Entretanto, a situação dos cadernos eleitorais continua a ser caótica e tem sido feito muito pouco para resolver problemas que foram óbvios durante as eleições locais de Novembro de 2003. (Ver *Boletim* 29, de Dezembro 2003). A Renamo pediu um período extra de recenseamento enquanto a sociedade civil apelava para uma auditoria aos cadernos de modo a determinar a gravidade do problema. Na sua reunião de 4 de Agosto, a Comissão Nacional de Eleições, CNE, concordou em fazer uma avaliação pormenorizada dos cadernos informatizados.

O número mais alto do que o previsto de pessoas recenseadas pela segunda vez, alegando ter perdido o cartão, pode reflectir preocupação de alguns eleitores de que, mesmo tendo um cartão

### Eleições de 1 a 2 de Dezembro

As terceiras eleições multi-partidárias, presidenciais e legislativas, terão lugar nos dias 1 e 2 (Quarta e quinta-feira) de Dezembro. Os potenciais votantes são cerca de 8,1 milhões.

*Para ler mais sobre eleições, ver:*

Mudança na Lei Eleitoral - pag. 10

Calendário Eleitoral - pag. 11

*Ler também:*

Caos nos Cadernos Eleitorais - pag. 4

Violência - pag. 8

Moçambicanos no Exterior - pag. 8

Eleições Locais - pag. 13

mais antigo, os cadernos inexactos podem impedirlos de votar. Milhares de pessoas tiveram o seu direito ao voto recusado nas eleições locais do ano passado. De facto, um membro da CNE da Renamo chegou a uma assembleia de voto de Maputo com o seu cartão e descobriu que não tinha o nome nos cadernos.

O recenseamento foi marcado para ter lugar de 15 a 30 de Junho mas teve de ser atrasado por causa da chegada tardia do material vindo da África do Sul. Segundo António Carrasco, director-geral do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral,

STAE, aconteceu porque “não conseguimos pagar os 50 por cento adiantados, como está estipulado.” Estava previsto que o recenseamento de eleitores custasse 6 milhões de US\$ pagos pelo Governo. Cada supervisor de brigada recebeu 1,5 milhões de meticais (63 US\$) e os restantes membros 1,3 milhões cada um.

## 2494 brigadas de recenseamento

Houve 2494 brigadas de recenseamento. Muitas permaneceram num lugar, uma escola por exemplo, mas em áreas mais remotas eram móveis, andando de lugar para lugar. Os eleitores potenciais devem apresentar um cartão de identificação ou ter um eleitor registado que lhe sirva de testemunha. São então registados num caderno escrito à mão e fotografados, recebendo imediatamente um cartão de eleitor plastificado e com a sua fotografia.

Observadores nacionais do Observatório Eleitoral cobriram 16% das brigadas em nove províncias, enquanto os observadores internacionais do Carter Centre cobriram 5% das brigadas também em nove províncias. A qualidade e formação do pessoal das brigadas foi elogiado. Ambos citaram problemas organizacionais significativos e foi com relutância que consideraram o processo aceitável.

Houve relatórios de vários lados de brigadas forçadas a suspender o recenseamento, por vezes durante vários dias, quando o material, particularmente filmes, se esgotava. O Carter Centre relatou que “não se observaram nenhuns casos em que os eleitores não se pudessem recensear”. Mas isto foi contradito por outros observadores. Primeiro, parte-se do pressuposto que os que pretendiam ter cartão de eleitor estariam dispostos a voltar dias mais tarde, por vezes a uma longa distância a pé, e nem todos o fizeram. Segundo, houve relatórios de brigadas que ficaram sem materiais nos últimos dias e simplesmente pararam o trabalho; há também vários relatos em que as pessoas esperaram até ao último minuto. Na Beira, as brigadas de recenseamento tiveram de trabalhar até perto da meia-noite do último dia para atender toda a gente nas filas.

Numa reclamação formal, a Renamo falou de 100 pessoas que foram mandadas embora por uma brigada em Angoche, província de Nampula, porque o filme tinha acabado.

Em muitas áreas, as brigadas móveis não conseguiram cobrir toda zona que esperavam por falta de transporte e combustível, por demoras à espera de materiais ou simplesmente por má planificação. Todos os relatórios citavam falta de transporte tanto para materiais como para as brigadas móveis. Na província de Manica, foram usados carros de bois ou burros para o transporte

### ‘Nossas insuficiências’ e a repetição dos mesmos erros

Qualquer discussão de problemas organizativos encontra a mesma resposta, mesmo no STAE e na CNE: alegam-se as “nossas insuficiências”.

Habitualmente diz-se ainda: “Estamos em Moçambique, um dos países mais pobres do mundo e não se pode esperar mais”. Mas para Otilia Aquino, isto não pode continuar: “Repetimos os mesmos erros todos os anos, por exemplo escassez de materiais de recenseamento. Tiveram cinco anos para conferir e corrigir o recenseamento e não o fizeram. A sociedade civil tem de começar a fazer exigências e a pressionar cada vez mais”. Otilia Aquino é Directora Executiva da AMODE e membro proeminente do Observatório Eleitoral.

e, em alguns casos, foram as próprias brigadas andando a pé que carregaram materiais à cabeça.

Julião Fenias da AMODE, em Cabo Delgado, cita o caso do distrito de Meluco onde as brigadas móveis usaram os veículos dos ministérios da saúde e educação, que devolveram ainda durante o processo de recenseamento porque eram precisos para transportar um doente ou funcionários da educação em Pemba.

Observadores em várias províncias apontaram aldeias onde as brigadas não chegaram. A Renamo, nas províncias de Manica, Zambézia e Nampula fez várias listas de aldeias não cobertas, alegadamente com vários milhares de potenciais eleitores. Em Mopeia, na Zambézia, disse haver uma comunidade de 6 000 pessoas que nunca tinham sido recenseadas e que isto tinha sido comunicado às autoridades eleitorais da província, mas este ano a área voltou a não ser coberta. Em Manica, o porta-voz do STAE provincial admitiu que algumas aldeias tinham ficado de fora mas disse que não eram tantas quantas a Renamo reclamava, relatou o nosso correspondente Manuel Ngonhamo.

A escassez de brigadas e de materiais reflecte em parte uma estimativa muito por baixo do número de pessoas que pretendia recensear-se. O STAE estimou em cerca de 700 000 e a Agência de Informação de Moçambique, AIM, criticou o número por ser demasiado elevado, contrapondo cerca de 550 000. A Renamo encomendou um estudo que sugeria um número muito mais alto e este concluiu que os adultos não recenseados seriam pelo menos 1 milhão e meio de pessoas e que se deviam adicionar ainda os que se transferiram e perderam cartões. O STAE tinha materiais suficientes para recensear 1 milhão e 200 mil, mas mesmo isto era uma subestimativa e o resultado final ficou entre o número avançado pela Renamo e o do STAE.

## Desorganização ou má-fé?

Em Cabo Delgado, as brigadas de recenseamento não chegaram a áreas fortes da Frelimo no distrito de Nangade. Na Zambézia, as brigadas não conseguiram ir até às áreas fortes da Renamo em Milange. Foi só desorganização ou será que a Renamo foi particularmente prejudicada?

A CNE argumenta que todos os planos para colocação das brigadas foram acordados pela Frelimo juntamente com a Renamo dentro das comissões eleitorais distritais e depois provinciais e, usando o conhecimento local, podiam ter mudado estes planos. (Ver caixa sobre Mocímboa da Praia). Embora isto seja verdade a Renamo ainda argumenta que o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, STAE, os desfavorece e pode manipular os materiais e o plano detalhado.

Há indicações que a Renamo foi mais atingida pelos problemas. Os que votam pela Renamo tendem a ser mais rurais e desse modo os fracassos das brigadas móveis na cobertura de todas as aldeias do plano, atingem mais a Renamo. Há indicações de mais problemas na Zambezia, onde a Renamo é forte, que em outras províncias.

O número de brigadas também é questionado. Em 1999 havia 1930 brigadas, número que aumentou em 29% para 2003 e este ano foi usado o mesmo número. Em oito províncias o STAE aumentou em 20%. As três exceções à regra foram Sofala, o bastião da Renamo, com um aumento de 40%, e dois bastiões da Frelimo, a província de Maputo, com um aumento de 60% e Gaza, a única província onde a Renamo não tem

nenhum Deputado e onde o número de brigadas duplicou (de 130 para 260 brigadas). A Renamo faz notar que, das quatro províncias com cerca de 1 milhão e meio de habitantes, Gaza tem muito mais brigadas que as outras três.

Na sua observação o Carter Centre encontrou muito mais erros nos cadernos computarizados de Sofala – em 19 das 33 brigadas visitadas havia erros graves em pelo menos um caderno computarizado – que nas áreas da Frelimo nas províncias do sul, onde em apenas 2 das 35 brigadas visitadas havia problemas com um caderno.

O porta-voz da Renamo Fernando Mazanga, comenta: “as pessoas do topo do STAE são demasiado boas, demasiado bem treinadas para fazer erros tão grosseiros sem ser de propósito”

## Desconfiança mútua

A desconfiança entre a Renamo e a Frelimo parece cada vez maior. Ao nível técnico, a Renamo sempre acusou o STAE de ser controlado pela Frelimo e sempre desconfiou da falta de transparência no processo de contagem. Em consequência disso a Renamo exigiu poder nomear a sua própria gente para fazer parte do STAE. O número de moçambicanos qualificados está a crescer rapidamente e um significativo número de apoiantes da Renamo têm treino em informática tendo vindo a ser incorporados nos STAE provinciais. A Frelimo diz agora que estas pessoas têm instruções para sabotar ou manipular a contagem de votos. (Este receio não é totalmente infundado. A única fraude informática conhecida foi tentada por pessoal da entrada de dados, apoiante da Renamo, em Nampula em 1999 – Ver *Boletim* 24.)

Isto veio a dominar a discussão sobre onde os cadernos deviam ser revistos e corrigidos. A Renamo insistia que devia ser ao nível provincial, onde há agora pessoal treinado suficiente e onde o pessoal local pode descobrir melhor os erros e corrigi-los. A Frelimo insistiu que devia ser feito em Maputo e que as pessoas dos STAE provinciais deviam ir para Maputo. Aparentemente receia que o pessoal em algumas províncias é pro-Renamo e vai manipular os cadernos de recenseamento.

Igualmente a desconfiança parece estar a aumentar dentro da CNE. A Frelimo acusa os membros da CNE da Renamo de fazerem discursos longos e irrelevantes e de não aparecerem nas reuniões da comissão, de modo a bloquear e adiar a tomada de decisões. A Renamo acusa os membros da Frelimo na CNE de se limitarem a apresentar propostas, como a do voto para os moçambicanos no estrangeiro, que foram redigidas na sede da Frelimo.

### **Movimentando brigadas em Mocimboa da Praia**

Mocímboa da Praia é um exemplo de conhecimento local e movimentação de brigadas com objectivos políticos. Aqui decorreu uma das mais cerradas e concorridas eleições locais onde a Frelimo ganhou por uma margem de 100 votos.

Em geral as áreas costeiras são pró-Renamo e as do interior são pro-Frelimo. Em 1999, as brigadas de recenseamento seguiram o mesmo padrão de 1994, mas em 2003 foram movimentadas duas brigadas da costa para o interior, segundo relata Julião Fenias da AMODE. A Renamo objectou e depois de uma negociação chegou-se a consenso traçando novo mapa para 2004. Mas este ano o plano não foi implementado e em vez disso as brigadas foram colocadas seguindo o padrão de 2003. A Renamo objectou de novo e quatro dias depois de o recenseamento ter começado, foram finalmente mandadas duas brigadas para a costa seguindo o mapa acordado.

# Continua o caos nos cadernos de recenseamento

Depois das eleições locais de 2003, tanto o Conselho Constitucional como os observadores internacionais do Carter Centre e da União Europeia apelaram para uma arrumação dos cadernos de recenseamento. Milhares de pessoas portadoras de cartão de eleitor, não conseguiram votar porque não constavam de nenhum caderno. Além disso não há ninguém que saiba quantas pessoas estão nos cadernos porque no ano passado o STAE tornou públicos três números com grandes diferenças entre si.

Os cadernos de recenseamento estiveram ao dispor do público durante o exercício de recenseamento de Julho de 2004 e os observadores relataram que nada tinha sido feito para corrigir os problemas. Isto originou um vigoroso protesto e o STAE tentou dizer que os problemas não são graves. Mas os observadores discordam e a sociedade civil pediu uma auditoria independente de uma amostra dos cadernos eleitorais. Uma auditoria podia mostrar se o STAE tem razão e os erros são poucos, ou se de facto são em quantidade significativa.

O sistema está a tornar-se complexo. Já houve três recenseamentos – um recenseamento totalmente novo em 1999 e as actualizações de 2003 e 2004. As pessoas são registadas manualmente como entradas manuscritas nos cadernos e são depois passadas para o computador.

O processo de computarização tinha muitas falhas e parece que muitos cadernos eleitorais nunca foram objecto de uma revisão para corrigir erros. Além disso, há muitos erros de impressão, como nomes e datas de nascimento repetidos dezenas de vezes, ou grandes espaços em branco omitindo dezenas de eleitores. Os números de eleitor são mudados muitas vezes; se um número de eleitor falhou, todos os que vêm a seguir estão errados. Os observadores relataram também que muitos cadernos eleitorais impressos a partir do computador tinham inexplicáveis correcções e mudanças à mão.

Finalmente, o pessoal do STAE admite que os cadernos computarizados foram acabados à pressa. Alguns têm capas de diferentes assembleias de votos, a outros faltam páginas, alguns têm várias páginas pertencentes a outros cadernos. O resultado foi que em 2003 muitos cadernos ou parte de cadernos foram enviados para as assembleias erradas. As pessoas ainda podiam consultar o registo original à mão, mas muitos dos cadernos de 1999 estão perdidos. O resultado foi que muitas pessoas perderam o direito de votar no ano passado.

Em Moçambique cada assembleia de voto pode ter para cima de 1000 eleitores e situar-se no mesmo local em que a pessoa se registou. Depois de 1000 pessoas estarem registadas, é aberto novo caderno e nova assembleia de voto. Assim há **centros de voto**, normalmente uma escola, com uma **assembleia de voto** em cada sala. Em 1999 cada caderno tinha espaço para mil eleitores e a situação mais simples é uma assembleia de voto

## ***Eleitores de 1999 ainda não estão no computador***

Depois de mais de 4 anos a meter dados no computador, mais de 5% das pessoas que se recensearam em 1999 ainda não deram entrada na base de dados, de acordo com um relatório do PNUD completado a 5 de Maio. Até à data, mais de 40% dos que se registaram no ano passado também ainda não foram metidos na base de dados. Ao todo, 1,4 milhões de formulários do recenseamento ainda estão para entrar.

A base de dados do recenseamento usa o Microsoft Access que o relatório considera de “inadequado” para uma base de dados tão grande. Além disso, a programação desenvolvida localmente não possui rotinas de validação próprias, o que resulta em grande número de erros que não são detectados e corrigidos antes de entrarem na base de dados.

A missão do PNUD teve permissão para analisar toda a base de dados para a província de Nampula e encontrou erros significativos. Em 696 cadernos de recenseamento, quase um quarto do total, o total oficial de eleitores no caderno era diferente do total real. Na maioria dos casos, o total oficial é maior que o real número de votantes no caderno.

com apenas dois cadernos: o de 1999 escrito à mão e o seu equivalente computarizado.

Os cadernos de 2003 têm espaço só para 500 eleitores, o que significa que muitas assembleias de voto têm dois pares de cadernos. Mas ainda pode ser pior. Há assembleias de voto, em Xai-Xai por exemplo, que têm ao todo oito cadernos – dois de 1999, quatro de 2003, e dois de 2004. Isto aconteceu porque o caderno de 1999 tinha poucas pessoas e mesmo com as adições de 2003 a assembleia não tinha chegado aos 1000. Assim foi aberto também um caderno para 2004.

As brigadas de recenseamento deviam em princípio levar todos os cadernos para a sua área e pedia-se às pessoas para que conferissem o seu registo. Nem toda a gente o fez mas os que tentaram enfrentaram grandes problemas. Primeiro, muitas brigadas tinham os cadernos errados e os problemas com cadernos misturados, observados durante as eleições locais de 2003, não tinham sido corrigidos. Num protesto formal, a Renamo notou

que 17 brigadas no Alto Molocué tinham os cadernos trocados. Segundo, as brigadas não eram suficientemente grandes para permitir a cada pessoa que conferisse a sua lista e em alguns lugares, por exemplo Maputo, as pessoas foram mandadas embora porque as brigadas davam prioridade aos novos recenseados.

Até agora, o STAE e a CNE têm argumentado que os observadores e a oposição estão a exagerar o problema. Mas na sua reunião de 4 de Agosto a CNE finalmente concordou com uma revisão detalhada dos cadernos eleitorais. De facto ninguém sabe até que ponto o problema é sério e o Carter Centre sugeriu que devia haver uma auditoria independente de uma amostra de cadernos, provavelmente com o envolvimento de partidos e sociedade civil, para avaliar o problema e ver se o STAE está certo quando diz que o problema é menos grave do que se alega. Esta posição também foi adoptada numa reunião dos partidos e sociedade civil a 5 de Agosto em Maputo, e depois disso, pela Renamo.

A 11 de Agosto a CNE concordou com um processo detalhado para corrigir os cadernos que vai levar dois meses. Cada caderno computarizado será conferido com o original manuscrito, far-se-ão correcções, será impresso um novo caderno e este será de novo conferido. Será trazido pessoal adicional do STAE provincial para apoiar a revisão dos cadernos relativos às suas províncias.

### Um sítio internet?

“Se tivermos todos os dados, podemos verificá-los e não podemos reclamar que há fraude. Mas quando o STAE guarda tudo em segredo, podemos assumir fraude”, explica Lutero Simango. Ele apela ao STAE que apresente uma lista completa de assembleias de voto, que diga quais os cadernos de recenseamento atribuídos a cada assembleia, e quantos eleitores estão registados. Aceita que o STAE não tenha os meios para distribuir cópias em papel desta lista, mas no Maputo dos nossos dias, com banda larga e cafés internet, porque não meter a informação num ‘website’?, pergunta ele.

Simango organizou com sucesso a contagem paralela computarizada da Renamo na Beira, durante as eleições municipais e diz que “precisamos desta informação para fazer um monitoramento como deve ser”. E salienta um ponto levantado por muitos observadores: “Secretismo gera um clima de desconfiança”.

O STAE rejeitou o pedido do Conselho Constitucional de criar uma única lista e apagar os múltiplos registos porque, apesar de ter sido registado de novo, um eleitor podia ainda tentar votar com o cartão antigo. Apagar os múltiplos registos podia destituir mais pessoas do direito ao voto.

## Moçambique tem *talvez* 8,1 milhões de eleitores

Moçambique talvez tenha 8,1 milhões de eleitores mas é impossível ter a certeza e existem pelo menos quatro números possíveis de eleitores recenseados.

Houve três recenseamentos eleitorais – em 1999 foi criado um novo rol de eleitores e em 2003 e 2004 houve actualizações com novos recenseados (sobretudo pessoas que fizeram 18 anos mas também outros mais velhos não registados anteriormente), aqueles que se transferiram para outra area e aqueles que disseram ter perdido o cartão anterior. As transferências e segundos cartões aparecem no caderno de recenseamento como novas entradas o que quer dizer que estas pessoas figuram duas vezes nas listas. Estas tabelas dão os resultados dos três recenseamentos:

	Novo	Transferido	2º cartão	Total
1999	7.099.105			7.099.105
2003	1.308.592	237.652	521.275	2.067.519
2004	697.595	217.516	330.698	1.245.809
<b>TOTAL</b>	<b>9.105.292</b>	455.168	851.973	<b>10.412.433</b>

A tabela mostra que mais de 1,3 milhões de pessoas estão nos cadernos duas vezes, O Instituto Nacional de Estatística estima que a actual população em idade de votar é de 9 511 000 o que significa que há mais nomes nas listas de eleitores que adultos em idade de votar.

Claramente os primeiros recenseamentos dão um quadro mais exacto do real número de eleitores. Mas mesmo este tinha de ser revisto porque há eleitores a morrer todos os anos que não são riscados do caderno. Assumindo que 1,5% dos adultos em idade de votar morrem anualmente todos os anos (provavelmente uma estimativa por baixo), calculámos a seguinte tabela:

	Novos Registos	Novos registos menos 1,5%/y obitos
1999	7.099.105	6.566.672
2003	1.308.592	1.288.963
2004	697.595	697.595
<b>TOTAL</b>	<b>9.105.292</b>	<b>8.553.230</b>

Isto indica que o número real de potenciais eleitores é de 8,6 milhões.

Mesmo isto é provavelmente demasiado alto. O recenseamento de 1999 cobria virtualmente todo o país e foi considerado bem feito. Dos 8,3 milhões de adultos em idade de votar, sendo recenseados 7,1 milhões, dá 85,5%. Isto é alto pelos padrões internacionais mas os observadores consideram-no válido – as eleições são importantes para as pessoas e para muitos moçambicanos rurais o cartão de eleitor é o seu primeiro cartão de identidade e tem muita procura.

Se olharmos para os “recenseamentos novos” em 2003 e 2004, eles somam 2 milhões, o que é ligeiramente mais alto do que as pessoas que fizeram 18 anos nestes cinco anos. Isso indica que um número significativo de pessoas se registaram pela segunda vez em 2003 e 2004, mas disseram estar a recensear-se pela primeira vez. Se assumirmos que os níveis de recenseamento são iguais aos de 1999, isto é, de 85,5%, então o verdadeiro número de eleitores no rol eleitoral seria de 8,1 milhões. Esta parece ser a estimativa mais exacta e é a única que usaremos para fazer a avaliação da afluência em Dezembro.

Assim, em qualquer discussão sobre quantos eleitores estão recenseados, há quatro números possíveis que podem ser usados:

- 10,4 milhões de nomes nos cadernos
- 9,1 milhões de pessoas recenseadas pela primeira vez
- 8,6 milhões dos 9,1 milhões ainda estão vivos.
- 8,1 milhões da mesma proporção da população está registada agora tal como em 1999

A todos estes números há ainda que juntar o número de moçambicanos no estrangeiro que se registaram.

Será que faz diferença? Talvez o problema mais grave seja o de que cada província é um “círculo eleitoral” com um certo número de assentos na assembleia da república, e a lei diz que os assentos devem ser “distribuídos proporcionalmente ao número de eleitores de cada círculo eleitoral”. Mas qual dos números deve ser usado? O número total de nomes, os novos recenseamentos ou qualquer outra combinação tendo em conta as transferências? Nas eleições autárquicas do ano passado o STAE e a CNE por vezes usaram o primeiro total, outras vezes usaram o segundo, de um modo confuso e sem coerência.

Confusão à volta dos números oficiais causou o caos nas eleições locais. O número de assentos na assembleia municipal baseia-se no número de votantes recenseados; a CNE publicou uma lista de assentos a 21 de Outubro, depois mudou muitos números de assentos quando anunciou os resultados a 4 de Dezembro. Isto acabou por ser revertido pelo Conselho Constitucional que disse

## Exigindo uma lista única e limpa

“Muito embora o processo de votação tivesse tido por base o caderno de recenseamento informatizado, foram também utilizados como instrumentos auxiliares de trabalho das mesas, cadernos manuscritos, Esta prática deve, no futuro, ser evitada e ser utilizado um caderno de recenseamento único, actualizado.”

Decisão do Conselho Constitucional das eleições locais de 2003, 14 de Janeiro de 2004

“A inexistência de um caderno eleitoral único e fiável continua a constituir matéria de preocupação.”

Relatório da Missão de Observação da União Europeia, 2003

“O uso de diferentes versões do rol de eleitores nas assembleias de voto criou desconfianças e confusão e recomenda-se que deverá haver no futuro uma única lista de eleitores, unificada, nacional e computarizada”

Relatório final da Missão de Observação da União Europeia, 2004

“Espera-se que as autoridades eleitorais estabeleçam um caderno eleitoral único.”

Relatório da Observação do Carter Centre, 2003

ser demasiado tarde depois das eleições mudar os assentos e que deviam ser usados os números de 21 de Outubro.

Mas isso não significa que possa haver votos a mais. Cada um que vota tem de mergulhar o dedo indicador direito em tinta indelével, para não poder votar outra vez. Assim não há vantagem nenhuma em ter mais de um cartão de eleitor. Há reclamações de ambas as partes tentando obter cartões de eleitor extra, mas quem os usaria? A afluência de 1999 foi de quase 75%, por isso não há muitos não-eleitores por aí que possam ser pagos para votar e há sempre o perigo de poderem ser reconhecidos pelos delegados de candidatura da oposição como não sendo a pessoa que corresponde ao nome.

Mas para a maioria dos observadores internos e de fora, é bizarro que a CNE e o STAE não conheçam sequer quantas pessoas estão recenseadas.

## Quantos são no Xai-Xai?

A eleição intercalar de 19 de Maio no Xai-Xai mostra alguns dos problemas do recenseamento. De acordo com os resultados publicados, 55 067 pessoas foram recenseadas, aptas para votar. Mas antes da eleição o STAE publicou uma lista extraída

dos cadernos de recenseamento para a eleição com um total de 74 570 nomes. O que aconteceu a essas 19 503 pessoas a mais?

O *Boletim* apontou este problema no nosso relatório sobre as eleições locais (MPPB 29 Dez<sup>o</sup> 2003). Chamámos a atenção para o facto de que foram dados três totais diferentes de recenseamento:

- aquele que foi anunciado oficialmente a 20 de Agosto de 2003;
- aquele que foi anunciado com os resultados, e
- a soma dos nomes em todos os cadernos de recenseamento de 1999 e 2003.

Estes três números são com frequência diferentes, em alguns casos por grandes margens de diferença. O primeiro número era habitualmente próximo do número de pessoas no recenseamento de 1999 mais o número de *novos* registos em 2003, excluindo cartões perdidos e mudanças de residência. O segundo número era habitualmente próximo de um dos outros dois, mas não de uma maneira consistente.

No Xai-Xai este ano, os 74 570 relatados pelo STAE é o mesmo que nós demos no ano passado como sendo o número constante em todos os

cadernos de recenseamento, portanto é consistente. Mas o Carter Centre verificou de perto a lista de cadernos. Em 84 assembleias de voto há 119 cadernos listados mas o Carter descobriu que eram de facto apenas 106 e que os números de 13 dos cadernos eram repetidos.

O que parece ter acontecido é que as brigadas de recenseamento usaram os mesmos cadernos em dois lugares (uma questão levantada de novo este ano pela Renamo e pelos observadores internacionais). Normalmente os eleitores vão votar onde estão registados a assim o mesmo caderno em princípio serve duas assembleias de voto diferentes. Aparentemente foram impressas duas cópias do mesmo caderno computarizado, com uma cópia seguindo para cada uma das duas assembleias de voto. Mas o original manuscrito, que deve em princípio estar disponível para verificação para lidar com os erros que são comuns no caderno computarizado, apenas pode ir para uma das duas assembleias de voto.

Mas a dupla contagem dos cadernos parece ser responsável por menos de 7 000 eleitores cujos nomes aparecem duas vezes. Quem são as outras 12 000 pessoas?

## Comentário

# A Renamo profissionaliza-se

No passado tanto os observadores como o *Boletim* criticaram a Renamo por não apresentar provas em apoio das suas reclamações. Este ano a Renamo respondeu aos críticos. A 19 de Julho a Renamo submeteu à CNE um protesto sobre problemas de recenseamento num livro de 161 páginas de protestos feitos a nível local, envolvendo mais de 300 brigadas de recenseamento.

Todas as reclamações eram pormenorizadas dando números de brigadas, localizações, números dos cadernos de recenseamento, datas etc. Em Nampula, a Renamo criou mesmo um formulário para reclamações para ser usado pelos seus delegados de candidatura. A maior parte das reclamações eram feitas à mão mas eram claras e concisas. O porta-voz da Renamo para a imprensa, Fernando Mazanga, disse a 6 de Agosto que nem uma das reclamações feitas às comissões eleitorais de distrito e província tinham tido resposta.

A CNE não considerou o protesto dizendo que a Renamo tinha de passar primeiro pelos níveis distritais e provinciais. Isto é tecnicamente correcto mas falha em dois pontos. Primeiro estas eram cópias dos próprios protestos locais que não tinham obtido resposta. Segundo, pela primeira vez a Renamo tinha recolhido e documentado um padrão de, no mínimo, desorganização que precisava de ser levado a sério a nível nacional.

A mudança reflecte uma abordagem mais profissional nesta eleição do que no passado. A Renamo anunciou o seu gabinete de eleições a 3 de Agosto que, pela primeira vez, é presidido por um académico sénior, Eduardo Namburete, que trouxe com ele alguns colegas da universidade. Lutero Simango é o chefe da logística; foi ele quem

organizou a melhor campanha da oposição a nível local, para o seu irmão Deviz Simango na Beira. Também organizou na Beira uma excelente contagem paralela computarizada.

A mudança final foi a remoção de Francisco Marcelino, habitualmente conhecido pelo nome de guerra de José de Castro, como vice-presidente da CNE por parte da Renamo, onde estava desde 1994. Frequentemente as suas conferências de imprensa davam a impressão de que ele não entendia alguns dos procedimentos eleitorais mais complexos e tendia a dar preferência a abandonos da sala e boicotes. Foi substituído por Raimundo Samunge, um assessor de confiança do presidente da Renamo Afonso Dhlakama, que provavelmente vai seguir o processo mais de perto e manter uma pressão passo a passo sobre a Frelimo, em vez de abandonar a mesa.

### **Vigiado pelo Candidato**

Os materiais de recenseamento são normalmente fechados à chave e guardados na escola local, durante a noite. Mas no distrito de Namarrói a Renamo objectou, alegando que a escola tinha um retrato do candidato presidencial da Frelimo, Armando Guebuza, em lugar proeminente.

## Renamo perseguida em Tete – outra vez

Os relatos da Renamo afirmando que os seus supervisores eleitorais têm sido perseguidos foram confirmados pelo correspondente do *Boletim* em Tete, Estevão Lichowa. Ele relata que no distrito de Magoé, na área mais ocidental da província, foram destruídas quatro casas de membros da Renamo por apoiantes do partido Frelimo e que os trabalhadores do partido Renamo foram impedidos de acompanhar o processo de recenseamento das brigadas da Frelimo. No distrito de Chifunde, no norte da província, o nosso correspondente relata que o delegado da Renamo foi detido pelo administrador por hastear a bandeira da Renamo. Em ambos os distritos isto bastou para amedrontar a Renamo e reduzir o número de supervisores do partido que deviam acompanhar o processo de recenseamento, diz ele.

A Renamo alegou em 5 de Julho que os supervisores do seu partido tinham sido expulsos dos distritos de Changara e Chifunde, e que supervisores em Magoé, Songo e Zóbuè tinham sido espancados.

Tete foi o único lugar onde a violência da Frelimo contra a Renamo foi confirmada nas eleições gerais de 1999. O *Boletim Sobre o Processo de Paz em Moçambique 24* (Janº de 2000) relatou que a Renamo tinha sido expulsa do distrito de Changara e não havia supervisores da Renamo nas assembleias de voto deste distrito. Sem supervisores da oposição presentes, houve indicações de votos falsos nas urnas, em 1999 em Changara. Houve também indícios de mexidas nas folhas de resultados em Chifunde, nesse ano.

Trabalhadores do partido Renamo foram também atacados no norte da província de Cabo Delgado. Num incidente no distrito de Muidumbe, o nosso correspondente relata que pessoas da terra expulsaram representantes da Renamo. Em Muidumbe, no planalto de Mueda, situava-se a “base central” da Frelimo durante a luta de libertação e o distrito tem sido sempre uma praça forte do partido Frelimo. Nas eleições de 1994, o presidente da Renamo Afonso Dhlakama, foi apedrejado quando lá apareceu.

A Renamo também se queixa de perseguição nos distritos de Mueda e Nangade, a norte de Cabo Delgado, mas sobre isso não há confirmação.

### **Carrasco continua**

O homem mais detestado pela Renamo é António Carrasco, chefe do STAE desde 1998. Debaixo de pressão da Renamo foi acordado que o posto de director do STAE devia ir a concurso público. Isso não se concretizou porque os doadores disseram à Renamo que o deixasse estar.

No início deste ano os embaixadores da “troika” da União Europeia – na altura Irlanda, Holanda e Comissão Europeia – encontraram-se com o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, que concordou em não pedir candidatos por anúncio a não ser que houvesse um possível candidato. Depois convenceram-no de que ninguém se candidataria se soubesse que Carrasco tinha sido forçado a sair. Desde então calaram-se as críticas a Carrasco.

Há também a opinião entre os doadores de que Carrasco não é o problema e que muitas dificuldades são devidas ao chefe dos computadores, Orlando Comé, cujo departamento pode ser responsável por alguns dos problemas que ocorrem com o recenseamento computarizado, assim como da falta de transparência que rodeia a contagem final. Num relatório publicado este ano, o PNUD criticou a sua má vontade em aceitar ajuda de fora para melhorar um sistema impróprio e inadequado. Tanto os doadores como os membros da Frelimo da CNE tentaram sem sucesso tirar Comé.

## Residentes no estrangeiro podem votar

Os moçambicanos que vivem no exterior, em nove países, terão oportunidade de se recensearem e talvez votar, por decisão da CNE de 21 de Julho. A decisão foi por maioria de votos – pela primeira vez este ano a CNE não deliberou por consenso – com a Renamo a votar contra. A Renamo apelou da decisão no Conselho Constitucional.

O recenseamento terá lugar entre 6 e 25 de Setembro nas embaixadas e consulados de Moçambique na África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Suazilândia, Malawi, Tanzania e Quênia, em África, e em Portugal e Alemanha, na Europa. O porta-voz da CNE, Filipe Mandlate, disse que já estavam disponíveis 400 mil US\$ para o exercício.

A CNE ainda tem de decidir se os moçambicanos no exterior podem votar. Em 1997 puderam recensear-se mas não conseguiram votar em 1999; e não se recensearam desde então.

Se a CNE decidir que há condições para os moçambicanos no estrangeiro votarem, a lei dá 2 dos 250 lugares da assembleia da república para os que estão fora, um para a África e outro para o resto do mundo. O ministério dos negócios estrangeiros estima que há 226 000 moçambicanos a viver nestes nove países.

Para o recenseamento (lei 18/2002) e votação (lei 7/2004), a CNE deve “verificar que estão criadas as necessárias condições materiais e os mecanismos de controlo, acompanhamento e fiscalização”. No seu protesto ao Conselho Constitucional, a Renamo baseou-se na ausência de dois requisitos.



Um era técnico e restrito, nomeadamente que a lei só permite à CNE requisitar recenseamento uma vez por ano e que a comissão não tinha incluído recenseamento no estrangeiro no seu pedido ao Conselho de Ministros para o recenseamento que terminou recentemente e não pode ir pela segunda vez ao Conselho de Ministros neste ano.

Mas o argumento principal era que a CNE não tinha nenhuma prova de que o processo de recenseamento podia de facto ser supervisionado e portanto não podia “verificar” se as condições

tinham sido reunidas. Os postos diplomáticos no exterior são nomeações políticas e o recenseamento é para ser feito nas embaixadas e parcialmente feito pelo pessoal da embaixada, quase todo ligado à Frelimo.

A Renamo terá dificuldade em organizar, num prazo curto, 28 grupos de supervisores; não tem dinheiro para deslocar pessoas ao estrangeiro nem tempo para encontrar pessoas nos diferentes países onde o recenseamento vai ter lugar.

## Olhando para as eleições de Dezembro

As terceiras eleições legislativas e presidenciais de Moçambique terão lugar nos dias 1 e 2 de Dezembro (quarta e quinta-feira). A campanha formal só começa em 17 de Outubro mas os dois maiores partidos já abriram os seus gabinetes eleitorais e começaram a fazer campanha a sério.

As eleições serão feitas de um modo semelhante ao das eleições anteriores. Mas há duas alterações significativas. Depois de grandes queixas contra a Frelimo por usar instalações e veículos do governo, há agora uma proibição sobre o uso por qualquer partido de bens ou propriedade do governo. E o pessoal das assembleias de voto, polícia e jornalistas, passam a poder votar em qualquer assembleia de voto; nos passados dez anos foram efectivamente privados do direito a voto porque só era permitido votar na assembleia de voto onde se estava recenseado. (Para mais detalhes sobre mudanças na Lei Eleitoral ver pag. 10)

A Lei não fez nenhuma mudança no confuso e não-transparente processo de contagem a nível nacional que demora sempre muito tempo e nunca cumpre a data limite legal. Assim, não é provável que os resultados finais estejam disponíveis a 17 de Dezembro.

Entretanto os resultados aproximados podem ser conhecidos muito mais cedo. Os resultados provinciais são em princípio anunciados no prazo de uma semana (embora alguns possam ser mais tarde). Os dois maiores partidos fazem as suas próprias contagens e terão resultados muito aproximados dentro de dois dias. A Rádio Moçambique fez uma contagem paralela das eleições locais usando os jornalistas e é de esperar qualquer coisa parecida este ano.

A União Europeia deu 12 milhões de Euros (agora equivalem a 14 milhões de US\$) e o PNUD vai dar 1 milhão de US\$. O resto do dinheiro virá do orçamento do Estado. A União Europeia financiou as eleições anteriores e controlou de muito perto o dinheiro; desta vez os fundos são dados como apoio especial ao orçamento do Estado (“budget support”) e foram entregues em Junho. Assim todo o financiamento das eleições deste ano (além do dinheiro do PNUD) é parte do orçamento do Estado e é controlado directamente pelo governo e não pela comunidade doadora.

### Números especiais do Boletim em Dezembro

O *Boletim Sobre o Processo Político de Moçambique* terá mais de 50 correspondentes por todo o país em Novembro e Dezembro e deverá relatar em pormenor a campanha e as eleições. Tal como foi feito para as eleições autárquicas, haverá reportagens especiais frequentes, algumas diáriamente. Esta informação será sómente em inglês e por e-mail. Se o leitor deseja fazer parte da lista de envios, basta mandar uma nota ao editor: [j.hanlon@open.ac.uk](mailto:j.hanlon@open.ac.uk).

As edições normais do *Boletim*, em português ou inglês, estão também disponíveis electronicamente.

### Observadores e contagem paralela

Haverá novamente observadores nacionais e internacionais. O Observatório Eleitoral expandiu-se agora para seis ONG's locais incluindo todas que têm actividades de observação eleitoral. Terá para cima de 2500 observadores nacionais que farão também uma contagem-amostra da eleição presidencial.

A contagem por amostra, conhecida como “contagem rápida”, vai envolver a recolha de dados de várias assembleias de voto seleccionadas para dar um quadro exacto nacional. O Observatório fez contagens integrais para vários municípios e contagens por amostra para alguns outros, nas eleições locais do ano passado, que forneceram uma previsão exacta dos resultados. Houve alguma oposição ao processo no ano passado, particularmente por parte da Frelimo, mas esta oposição evaporou-se depois das eleições autárquicas. De facto, os resultados do

Observatório serviram para validar a exactidão da contagem oficial. Além disso o Observatório não publicou os seus resultados antes que os resultados oficiais completos fossem anunciados, e a CNE não viu como concorrência.

A Suíça, Suécia, Inglaterra e Holanda contribuíram com 900 000 US\$ para observação, contagem por amostra, educação cívica e gestão de conflitos feitas pelo Observatório. Separadamente (como sempre) os Estados Unidos contribuíram também com 500 000 US\$ para a contagem rápida.

A observação internacional inclui o Carter Centre e provavelmente a União Europeia. A UE quer assinar um memorando de entendimento com a CNE e o governo sobre a missão de observação. Num rascunho apresentado à CNE em Agosto, a UE pedia mais acesso à contagem final e ao processo de tabulação nos escritórios da CNE e do STAE, em Maputo. Os observadores e a imprensa foram excluídos destas áreas em 2003 mas a UE diz que sem acesso a sua observação não terá utilidade. A UE em Bruxelas ainda não deu luz verde à observação em Moçambique e ainda pode vir a decidir que não haverá nenhuma.

O Instituto Eleitoral da África Austral (EISA) está a abrir um escritório em Maputo com 535 000 US\$ da Inglaterra e da Suíça para um programa que envolve prevenção de conflitos e tentativas de aumentar a transparência.

Nas eleições gerais de 1999 havia 2000 observadores nacionais e 300 estrangeiros.

### **Raul Domingos candidata-se**

Raul Domingos e o seu Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento, PDD, vão contestar as eleições gerais e não se juntam a nenhuma coligação, anunciou.

Domingos foi o nº 2 da Renamo até ser expulso e pode tirar votos a Dhlakama na corrida à Presidência. O grupo de Domingos concorreu como IPADE às autárquicas no ano passado. Obteve menos do que se esperava mas mesmo assim

ganhou um assento na Beira e outro no Dondo, ambos bastiões da Renamo, com 3% e 6% do voto respectivamente.

A corrida às presidenciais de 1999 foi apertada, com Chissano ganhando apenas 52% do voto e assim a candidatura de Domingos poderia beneficiar o candidato da Frelimo, Armando Guebuza.

## **A “pré-campanha” começa**

Todos os partidos começaram já a fazer campanha, naquilo que em Moçambique tende a chamar-se “pré-campanha” uma vez que acontece antes do período oficial da campanha de 43 dias. O candidato presidencial da Frelimo, Armando Guebuza, já visitou a maior parte dos distritos pelo menos duas vezes. A Frelimo beneficia também de uma cobertura muito mais extensa e favorável no jornal diário do estado *Notícias*, que só está vinculado às regras do equilíbrio e imparcialidade durante a campanha oficial.

Nas eleições autárquicas a Renamo só ganhou quatro municípios, muito menos do que era esperado. Os quadros da Renamo ficaram chocados e admitem agora terem tido um excesso de confiança ao considerarem que as pessoas que votaram Renamo em 1999 iam igualmente votar nas eleições locais. O que aconteceu foi que o voto pró-Renamo só foi forte nas áreas, como a Beira, onde fez uma campanha forte e conseguiu mobilizar os seus apoiantes a irem efectivamente às urnas. A Frelimo por outro lado, mostrou que tinha a necessária organização para garantir o seu voto fiel.

A Renamo começou a sua campanha muito mais devagar e parece ter falta de dinheiro. Este ano, em contraste com 1999, não há fundos dos doadores para partidos políticos. O governo em princípio devia estabelecer um fundo de apoio aos partidos mas isto ainda não foi organizado e, surpreendentemente, a Renamo não tem feito pressão para que este fundo seja estabelecido.

## **Nova lei eleitoral: Algumas melhorias ...**

A nova lei eleitoral (Lei nº 7/2004 de 17 de Junho) é quase idêntica à lei para as eleições gerais de 1999 (4/99) e muito semelhante à das eleições autárquicas do ano passado (19/2002).

A lei mantém o limiar dos 5% para os partidos poderem entrar para a assembleia da república – isto é, um partido ou coligação tem de ter pelo menos 5% do voto *nacional* para eleger deputados. Assim um partido que ganhe votos suficientes para ter um deputado numa província, por exemplo a Zambézia, não ocupará esse assento a menos que tenha obtido 5% do total dos votos a nível nacional.

Foram introduzidas oito mudanças significativas, respondendo a problemas verificados em eleições anteriores:

- Pessoal em serviço nas assembleias de voto, polícias e jornalistas, podem agora votar em qual-

quer assembleia de voto. Anteriormente os eleitores só podiam votar naquela em que estavam registados, o que retirava o direito ao voto à maior parte do pessoal das assembleias.

- Na sequência de queixas dos observadores e da oposição contra a Frelimo usar facilidades e veículos do governo, há agora uma proibição sobre o uso por qualquer partido, de bens e propriedade do governo central, local ou companhias controladas pelo estado. (Isto obviamente não se refere àquilo que está disponível para toda a gente, como o uso de salões públicos).

- Na sequência da omissão dos símbolos de alguns partidos nos boletins de voto do ano passado, os partidos podem agora verificar as provas do boletim de voto antes da impressão.
- Os delegados de candidatura dos partidos políticos receberão a sua credencial da comissão

## Calendário Eleitoral

O calendário eleitoral é estabelecido por lei como se segue:

2 de Outubro: fim do prazo para a nomeação de candidatos a presidente da república; cada candidato deve submeter a documentação, incluindo as 10 000 assinaturas, ao Conselho Constitucional.

7 de Outubro: fim do prazo para a nomeação da lista de candidatos à assembleia da república. Esta deve ser submetida à Comissão Nacional de Eleições, CNE, que requer o registo criminal e vários outros documentos para cada candidato.

16 de Outubro: a lista de candidatos é publicada pela CNE.

17 de Outubro-28 de Novembro: campanha eleitoral oficial; dá direitos extra aos partidos e candidatos. Não pode haver sondagens.

1 de Novembro: a CNE deve publicar a lista completa das assembleias de voto.

10 de Novembro: fim do prazo para os partidos e candidatos submeterem nomes dos delegados das assembleias de voto e as assembleias em que estão colocados, à comissão eleitoral distrital.

29, 30 de Novembro: período de reflexão em que não é permitido fazer campanha.

### 1 e 2 de Dezembro: votação

2 de Dezembro até manhã do dia 3 de Dezembro: contagem nas assembleias de voto

4 de Dezembro: todos os editais, actas e votos nulos ou protestados vão para a CNE.

9 de Dezembro: fim do prazo para a publicação dos resultados a nível provincial

17 de Dezembro: fim do prazo para a publicação dos resultados a nível nacional, pela CNE, com cópias submetidas para verificação, ao Conselho Constitucional.

Não há data limite para o Conselho Constitucional actuar. Mas depois da validação e proclamação dos resultados pelo Conselho Constitucional, o calendário é o seguinte:

- dentro de dois dias após a proclamação, ordena a publicação no *Boletim da República*
- dentro de 15 dias após a publicação, a nova assembleia é inaugurada.
- dentro de dois dias após a abertura da assembleia, o novo Presidente é empossado.

A CNE deve ainda determinar as datas limite para a inscrição de observadores e jornalistas.

eleitoral distrital pondo fim à confusão que se estabeleceu em eleições anteriores.

- A contagem continua a ser feita a nível provincial mas os resultados também serão publicados distrito por distrito.

- A votação deixará de ser extensível por mais um dia.

- Numa tentativa de reduzir o grande número de erros cometidos por pessoal fatigado nas assembleias de voto, nas actas e nos editais, após a contagem, o número de votos ganhos por cada candidato tem de ser expresso em números e por extenso.

- No caso de se perderem outros documentos, as cópias das actas e editais dados aos delegados de candidatura na assembleia de voto podem ser usados para a contagem. (Isto segue-se a um incidente acontecido na Beira, nas eleições autárquicas de 2003, em que os registos de várias assembleias de voto desapareceram e a Frelimo recusou permitir que as cópias das actas fossem usadas).

As quatro mudanças introduzidas no ano passado para as eleições locais mantêm-se:

- As sondagens à saída das urnas são efectivamente proibidas. Não podem ser publicadas sondagens de opinião entre o início da campanha e a saída dos resultados.

- Alguns delegados de candidatura são analfabetos e não conseguiriam escrever correctamente os resultados após a contagem para serem usados pelos partidos para a sua própria contagem paralela. Agora, os delegados em cada assembleia de voto recebem uma cópia do resumo do edital e as actas para entregarem aos seus partidos.

- Pelo menos dois dos cinco funcionários da assembleia de voto devem falar a língua local.

- O pessoal das assembleias de voto é recrutado num concurso público e é permitido aos partidos sugerir candidatos.

A lei clarifica regras anteriormente confusas sobre limitações de actividades nas imediações das assembleias de voto. Agora, dentro de um raio de 300 metros duma assembleia de voto, nenhum eleitor pode dizer em quem votou ou em quem pensa votar. Também dentro de um raio de 300 metros da assembleia de voto não pode haver qualquer cartaz ou material de campanha e a ninguém é permitido exibir um símbolo de partido, nem usar uma camisete ou capulana de um partido.

## ... mas permanecem muitos problemas sobre assentos e contagens

Estão por resolver quatro problemas graves das leis eleitorais anteriores.

- Primeiro, o método para a atribuição do número de deputados a cada província não foi alterado e

continua a estar aritmeticamente errado; em princípio há 250 assentos, mas quando o método foi usado em 1999 levou a que fossem atribuídos 251 assentos. Um assento teve de ser retirado arbitrariamente a uma província para fazer voltar o número a 250.

- Segundo, todos os votos nulos devem ser enviados para a CNE em Maputo para verificação. Em 1999 a CNE reavaliou 500 000 votos nulos e aceitou 130 000 como válidos para serem acrescentados à contagem. Simplesmente não há tempo para reavaliar esta quantidade de boletins de voto e os resultados foram atrasados em todas as eleições anteriores por causa disto. Já foi sugerido muitas vezes que esta verificação e recontagem seja feita a nível provincial.

- Terceiro, com a excepção de que o número de votos pode ser dado em algarismos e por extenso, nenhuma mudança foi feita nos procedimentos do pessoal das assembleias de voto para preencher

editais. O pessoal fica exausto depois de dois dias de votação e a seguir uma noite inteira a contar, e aparecem muitos enganos. Em 1999, 6,6% dos editais presidenciais e 8,7% dos editais legislativos ficaram fora da contagem final por causa de erros que não puderem ser resolvidos. (A CNE podia ainda fazer sair normas e pensar numa forma de melhorar o edital, mas isto não está estabelecido na lei).

- Quarto, não há nenhuma norma sobre o desenvolvimento da transparência, testagem atempada e publicação do programa de computador usado na tabulação em Maputo. A Renamo queixou-se muitas vezes acerca do uso destes computadores e o secretismo torna possível que sejam adulterados. Embora as contagens paralelas ofereçam algum controlo, a lei não exige a publicação de resultados claros, assembleia de voto por assembleia de voto, tornando as comparações mais difíceis.

## Resultados vão atrasar também este ano

Embora a lei preveja que a CNE deve apresentar os resultados a 17 de Dezembro, eles vão de certeza atrasar, tal como aconteceu nas eleições de 1999 e 2003. A Assembleia da República, a CNE e o STAE não resolveram os problemas que causaram os atrasos anteriores. Há cinco problemas chave: erros nos editais, reavaliação dos votos nulos, procedimentos de contagem na CNE, verificação dos protestos e o tamanho da CNE.

**EDITAIS:** Em 1999, perto de um quinto dos editais apresentados pelas assembleias de voto continham erros. Os enganos são causados pelo cansaço do pessoal das assembleias de voto que termina a contagem altas horas da madrugada, depois de duas noites mal dormidas. Alguns destes erros são simples, por exemplo os partidos por ordem do número de votos, em vez da ordem pela qual aparecem no boletim de voto, ou colunas com somas erradas. Estes são resolvidos ao nível provincial.

Mas alguns erros não têm uma resolução óbvia e não há mecanismo para recontagens. Estes editais são muitas vezes enviados para a CNE a nível nacional. Em 1999 a CNE teve de verificar perto de 2000 editais. A CNE corrigiu e incluiu 297 editais presidenciais mas rejeitou e excluiu 550 – 6,6% de todas as assembleias de voto. Para a eleição de deputados, a CNE aceitou corrigiu e incluiu 300 editais mas rejeitou e excluiu 727 – mais de 8,7% das assembleias de voto. Isto significa que

os votos de mais de 300 000 pessoas não contaram para as eleições presidenciais e legislativas, por causa de erros nos editais. Isto provocou o abandono da sala pela Renamo na CNE, a 22 de Dezembro de 1999.

Foram feitas duas mudanças que podem reduzir ligeiramente o nível de erros: os números devem ser lançados tanto em algarismos como por extenso e o pessoal das assembleias de voto agora tem calculadoras. Mas para reduzir efectivamente o número de erros seria preciso um novo desenho do edital e mudanças na lei, mas nada disto foi feito. Assim podemos esperar mais de 1000 editais a serem mandados para a CNE para reavaliação, causando um atraso não esperado no processo de contagem.

**NULOS:** Nas eleições anteriores, cerca de 8% de todos os boletins de voto foram considerados nulos pelo pessoal das assembleias de voto, normalmente por causa de mais do que uma marca ou porque o X ou impressão digital se sobrepõe em dois candidatos. A lei exige que cada voto nulo seja reavaliado em Maputo. Em 1999 a CNE reconsiderou 194 345 votos presidenciais e aceitou 30% deles como válidos – isto é, decidiu que mesmo com marcas múltiplas ou inexactas, a intenção do eleitor era clara. Reconsiderou 309 139 votos parlamentares e aceitou 23% como válidos. Este processo é levado a cabo pelo STAE com a supervisão de membros da CNE e dos partidos, mas continua a ser perda de tempo o envio para Maputo e o reprocessamento de mais de 500 000

### Também em Londres

Votos nulos não são um problema só nos países subdesenvolvidos. A Inglaterra usa boletins de voto semelhantes aos de Moçambique. Nas eleições municipais em Londres, em Junho deste ano, mais de 500 000 boletins de voto eram nulos. Este número representa 7% do total, ou seja, quase o mesmo que em Moçambique.

boletins de voto. É provável que este ano o número seja semelhante.

**CONTAGEM:** A lei diz que as comissões eleitorais provinciais deviam somar os editais e que o papel da CNE é simplesmente acrescentar os nulos revalidados e declarar o resultado. A reavaliação dos editais passados para o nível provincial nem sequer é mencionado na lei. Além disso, são enviados por fax à CNE cópias de todos os editais e esta faz a sua própria contagem alternativa para comparar com a do nível provincial. Não há nenhum procedimento claro para comparar as duas contagens e os editais reavaliados e nulos. Tanto em 1994 como em 1999 isto originou atrasos consideráveis, confusão e abandonos da Renamo e certamente que também vai criar atrasos este ano.

**PROTESTOS:** Queixas e protestos devem ser tratados primeiro a nível local e só mais tarde passados para a CNE de nível nacional. Mas a incapacidade de responder aos protestos da Renamo a nível local este ano, sublinha a falta de sistemas para o fazer. Nas eleições autárquicas de 2003 a CNE não criou um processo fácil ou

consistente para lidar com as queixas. Isto significa que a análise de cada protesto passa a ser uma grande perda de tempo.

**TAMANHO DA CNE:** A actual CNE tem 19 membros e muitos querem tomar a palavra numa discussão. Isto significa que mesmo a questão mais simples leva várias horas a decidir. O Presidente da CNE Arão Litsuri tenta chegar a consenso, o que significa que uma discussão pode demorar um dia inteiro. Se for a votos, o voto é sempre seguindo a linha partidária e a Frelimo tem a maioria. Esta polarização significa que a Renamo sente que os seus protestos nunca merecem uma consideração justa. Isto por sua vez gera tensão e desconfiança, que gera discursos da Renamo ainda mais longos ou ausências da Renamo, que vão demorar mais o processo.

Juntando tudo isto, a conclusão é que parece ser impossível a CNE alcançar um resultado acordado por todos e exacto, a 17 de Dezembro. Assim, provavelmente haverá um atraso até ao Natal.

## Reverendo as eleições autárquicas

As eleições em 33 municípios, a 19 de Novembro de 2003, deram a vitória à Frelimo em 28 cidades e vilas, à Renamo a vitória em quatro (Beira, Nacala, Ilha de Moçambique e Angoche) e em Marromeu um presidente do município à Renamo com uma assembleia controlada pela Frelimo. O Boletim fez uma estimativa da afluência de 28%, que vai desde a mais baixa em Nampula com 15% à mais alta em Moatize, com 47%, e 46% em Mocimboa da Praia (que foi a mais fortemente contestada e com uma das margens mais estreitas de todas as eleições locais).

Esta foi a segunda eleição municipal. A Renamo boicotou as primeiras eleições em 1998, o que significa que esta é a primeira vez que a Renamo tem real poder e responsabilidade governativa.

Houve mais de 900 observadores internos independentes e 150 observadores estrangeiros que elogiaram o dia das eleições. O maior grupo de observadores estrangeiros, a União Europeia, disse que “o dia de eleições foi um exemplo de boa gestão eleitoral e desempenho profissional pelos funcionários das assembleias de voto durante a votação e contagem”. O Carter Centre relatou “um dia de eleições em geral bem conduzidas”.

Mas ambos criticaram o processo de tabulação ao nível da CNE, que foi considerado confuso, não transparente e por vezes interpretou mal as leis eleitorais. O Carter Centre citou demoras, erros e “uma geral falta de transparência pública”. Ambos foram muito críticos relativamente aos cadernos eleitorais.

Os resultados em termos dos quais os partidos ganharam em cada município foram julgados correctos porque corresponderam às contagens paralelas feitas pelos observadores, os partidos, e a Rádio Moçambique.

### **Mapas das eleições anteriores**

Na internet, no site do Cruzeiro do Sul, uma rede de investigadores de Moçambique, podem consultar-se excelentes mapas das eleições de 1994, 1999 e 2003

[http://www.iid.org.mz/html/6\\_\\_eleicoes\\_94\\_99.html](http://www.iid.org.mz/html/6__eleicoes_94_99.html)

Mas os pormenores não puderam ser confirmados ou verificados; de facto, foi possível demonstrar que tinham sido feitos erros.

Tanto o Carter Centre como a União Europeia se queixaram de obstruções administrativas que lhes deram menos liberdade de movimentos e menos acesso do que em eleições anteriores.

Pode consultar-se o relatório da União Europeia em:

[http://europa.eu.int/comm/external\\_relations/human\\_rights/eu\\_election\\_ass\\_observ/mozambique/](http://europa.eu.int/comm/external_relations/human_rights/eu_election_ass_observ/mozambique/)

O relatório do Carter Centre está em:

<http://www.cartercenter.org/documents/1645.pdf>

# O Conselho Constitucional reviu os resultados e rejeitou as mudanças da CNE

A CNE e o STAE consideraram impossível conseguir uma lista correcta de resultados. Os primeiros resultados das eleições de 19 de Novembro foram tornados públicos a 4 de Dezembro. Embora crivados de erros óbvios, foram apresentados ao Conselho Constitucional. A 11 de Dezembro foi publicada uma nova lista de resultados revistos, depois do que foram feitas ainda mais correcções e nova lista de resultados apresentada ao Conselho Constitucional a 18 de Dezembro. (Esta é a versão publicada no *MPPB 29*). Mesmo esta tinha erros e o Conselho Constitucional fez correcções aos resultados finais.

No caso da Manhiça, a CNE e o STAE fizeram um erro usando o método de Hondt para distribuir os assentos na assembleia municipal, dando 15 à Frelimo e 2 à Renamo. O Conselho Constitucional refez o cálculo e deu 16 à Frelimo e 1 à Renamo. A CNE também fez erros nas listas dos candidatos vencedores tirada da lista dos partidos.

Mas a maior bofetada na CNE foi uma decisão de rejeitar uma tentativa de corrigir o número de assentos em assembleias de oito municipalidades. O número de assentos é baseado no número de eleitores recenseados. A 20 de Agosto a CNE tinha publicado uma lista de assentos de cada um dos 33 municípios. Mas nas suas diversas versões dos resultados, mudou o número de eleitores recenseados e, numa decisão de 6 de Dezembro, mudou o número de assentos em 8 municípios. O Conselho Constitucional determinou que a CNE não podia mudar o número de assentos *depois* das eleições e que a lista publicada a 20 de Agosto tinha de se manter mesmo que estivesse errada.

A lista final, corrigida, dos resultados foi anunciada pelo Conselho Constitucional a 14 de Janeiro e publicada no *Boletim da República* de 26 de Janeiro.

## Início lento para os novos conselhos municipais

Os novos presidentes do conselho municipal eleitos no ano passado tiveram um arranque relativamente lento nos primeiros meses dos seus novos mandatos, devido principalmente por não ter havido uma entrega propriamente dita das administrações anteriores. Onde os presidentes foram reeleitos, a administração municipal continua como dantes, tanto as boas como as más administrações.

A principal excepção foi Nacala, considerada largamente como o município mais bem administrado no período de 1999 a 2003. O novo presidente, Manuel dos Santos da Renamo, conservou a maioria dos vereadores da anterior autarquia, o que garantiu uma transferência fácil, mas acabou por ter repercussões políticas para ambos os partidos. Os membros da Renamo sentiram-se ultrajados, reclamando que todos os

altos funcionários deviam ser substituídos e os postos dados a membros da Renamo. Manuel dos Santos foi intensamente pressionado mas resistiu, dizendo que queria manter os vereadores competentes. Estes mesmos vereadores sofreram intensas pressões da Frelimo que reclamam que eles devem sair e não ajudar um presidente da Renamo a ter sucesso. Mas também acabaram por decidir ficar. Assim, apesar da pressão de ambos os partidos, Manuel dos Santos e os seus vereadores puseram os interesses do município acima dos interesses partidários.

Marromeu também é uma excepção. É o único município com um presidente da Renamo e uma maioria, de 1 assento, da Frelimo na assembleia, mas ambos os partidos estão a mostrar-se cooperativos. Isto pode ser resultado de Marromeu ser uma pequena cidade isolada e o presidente e membros seniores da assembleia serem todos trabalhadores da empresa açucareira local.

Mas estas têm sido excepções. Mesmo quando o novo presidente é da Frelimo, mas substitui outro, igualmente da Frelimo, não houve nem boa vontade nem transferência de poder adequada e na realidade a transição foi em alguns casos sabotada. Numa cidade o presidente cessante saqueou a residência oficial e o novo presidente ainda não conseguiu mudar-se. Nalguns lugares os vereadores cessantes não devolveram os seus carros oficiais.

Entretanto, os novos presidentes da Frelimo estão a pôr os antigos vereadores na rua e a nomear novos, começando tudo do zero.

Mas a transição mais complicada talvez seja a

### Estrutura Municipal

Os 33 municípios têm uma estrutura quase idêntica à do governo central, com o mesmo sistema presidencialista. De cinco em cinco anos é eleito um presidente e uma assembleia municipal. O presidente do município escolhe então os seus ministros locais, chamados vereadores, que administram os vários departamentos do município. Presidente e vereadores formam o conselho municipal. A assembleia elege o seu próprio presidente; aprova a legislação municipal, aprova o orçamento e controla o trabalho do conselho municipal.

da Beira. O problema mais grave é que os fundos de um programa de infraestruturas do Banco Mundial, que tinha pago por obras importantes, foi suspenso por alegada corrupção da anterior administração da Frelimo. A Renamo está furiosa, alegando que a única vez que o dinheiro do Banco Mundial é suspenso devido a corrupção da Frelimo, é quando quem vem a seguir é a Renamo.

Entretanto, o presidente do município, Deviz Simango da Renamo, está a enfrentar pedidos da assembleia municipal dominada pela Renamo, para aumentos de salários e outros benefícios. Isto é o seguimento de uma história triste, vinda dos anteriores cinco anos, em que a Beira assistiu a renhidas batalhas entre o presidente da Frelimo e a assembleia também da Frelimo.

Finalmente, tanto na Beira como em Marromeu, o presidente da Renamo, como era de esperar, suspendeu os anteriores secretários de bairro. Estes são tradicionalmente nomeações políticas e servem como o nível de base da administração municipal e, ao mesmo tempo, secretários locais da Frelimo. Na Beira a questão tem sido combinada com uma disputa sobre se os gabinetes destes secretários pertencem à Cidade ou à Frelimo. Mas ao reclamar que as instalações são suas, a Frelimo está a aceitar tácitamente que os secretários de bairro trabalham para o partido e não para a cidade.

## **Primeira eleição intercalar**

Há de novo uma mulher a presidir a um conselho municipal depois da primeira eleição intercalar no país. O anterior presidente do Xai-Xai morreu pouco tempo depois de ser eleito em Novembro. A eleição intercalar teve lugar a 19 de Maio e Rita Muianga, da Frelimo, foi eleita com 95% do voto. A Renamo só tem um assento na assembleia da cidade nesta área fiel à Frelimo. A afluência foi de 27% correspondendo à média das eleições autárquicas, mas inferior aos 38% que o Xai-Xai tinha registado em Novembro.

No período de 1998-2003 tinha havido uma mulher presidente de município, na Manhiça, província de Maputo, mas não voltou a ser seleccionada e não houve qualquer mulher eleita para presidente nas eleições de Novembro.

## **AWEPA capacita os autarcas**

No âmbito do seu programa de capacitação institucional para a democracia e na sequência do memorando de entendimentos que tem com o Ministério da Administração Estatal (MAE) a AWEPA realizou no período de Maio a Agosto, seminários de capacitação dos autarcas de todas as 33 Autarquias do país.

Os seminários abordaram questões fundamentais tais como; *Conceito de Estado e da Autarquia Local; Ética Governativa, Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos; Organização e*

*Funcionamento da Autarquia e sua Articulação Interna; Relação entre os Órgãos autárquicos e os do Estado; Planificação de Desenvolvimento Municipal; Finanças Autárquicas; Tutela Administrativa; Accountability, Participação Comunitária e equilíbrio de Género,* e constituíram uma resposta pontual aos desafios que o início do presente mandato representa para os Autarcas.

Trata-se da primeira fase do programa, cuja essência era proporcionar aos Autarcas “banho” introdutório sobre a governação autárquica. A segunda fase vai privilegiar as diferentes áreas de especialidade, tais como; liderança; planificação e orçamentação; tributação; entre outros.

A fase ora terminada, foi financiada pelos Governos de Portugal e do Reino da Suécia.

Para além do programa de apoio às Autarquias Locais, a AWEPA executa outros dois programas com a Assembleia da República e com os partidos políticos, no âmbito dos quais, os debates sobre o projecto da nova constituição da república e as eleições gerais ocupam lugar de destaque.